MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLII

Verney e o Iluminismo: sua atualidade

LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2021

Verney e o Iluminismo: sua atualidade

Luís A. de Oliveira Ramos

Estamos hoje a celebrar o terceiro centenário do nascimento, a 23 de julho de 1713, em Lisboa, do Padre Barbadinho, pseudónimo de Luís António Verney, personagem maior das Luzes em Portugal.

Quando do 1.º centenário, em 1813, Portugal estava em guerra com a França e aconteciam em terras de Espanha os êxitos militares de ingleses, portugueses e espanhóis que deram impulso decisivo à expulsão, ainda nesse ano, do grosso dos invasores napoleónicos e a invasão da Aquitânia pelos exércitos comandados por Wellington. Em 21 de julho, acontecera a batalha de Vitória, mais tarde, a queda das praças fronteiriças e os confrontos na região de Baionne. A leste, o imperador Bonaparte, ora perde, ora vence, retardando a derrota de Leipzig, frente aos russos, austríacos e alemães.

Mesmo assim, os trabalhos desta Academia já aconteciam com a regularidade possível e deles dá conta, precisamente, em sessão de 24 de julho, o relatório anual do Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva.

Em 1913, no 2.º centenário, foi, por assim dizer, o ano de Afonso Costa, o chefe do Governo republicano que, é sabido, consegue um *superavit* nas contas públicas e prossegue o seu mando tão faccioso quanto eficaz. Cria, então, a Faculdade de Ciências Sociais e de Direito da jovem Universidade de Lisboa, o Ministério da Instrução Pública, etc.. A Alemanha prepara-se para invadir o centro da Europa e mostra-se cobiçosa relativamente à partilha do império colonial português.

Ao findar 2013, estávamos mais sossegados, não há portugueses a morrer nos campos de batalha, ainda não há forte agitação de forças sociais e políticas, todavia vivemos sob o protetorado da finança internacional, a coberto da livre adesão de Portugal à União Europeia e à qualidade de societário do FMI.

Na União prepondera a Alemanha, no Fundo Monetário comandam os Estados Unidos que durante decénios beneficiaram de bases açorianas.

A despeito das eleições recentes, o país não passa bem. Talvez as agruras de 1813 fossem maiores nesse ocaso do belicismo napoleónico e, daí, outros males

e a Revolução de 1820 para evitar convulsões sociais de imprevisível amplitude, dizem os contemporâneos.

Se bem que em situações diversas, podemos, ao tratar a atualidade, notar a intemporalidade do legado intelectual de Verney, das sugestões que a sua crítica espoletou, depois usadas, direta ou indiretamente, não sem as ligar a preocupações seculares desta antiga Instituição.

Segundo o *Dicionário* da nossa Academia (2001), o Iluminismo configura um "movimento cultural que se verificou no decurso do séc. XVIII, que tinha como características fundamentais a confiança total na razão e na ciência, o incentivo à liberdade de pensamento e a defesa dos direitos do cidadão". A seu ver, António Alberto de Andrade, o mais erudito tratadista de Verney, diz:

> "Se o Iluminismo se caracteriza pelo interesse do homem e do respetivo ambiente, como objeto dominante da reflexão filosófica, repassada pelas diretrizes da razão crítica, infalível até certo ponto e oposta frontalmente à metafísica, em favor da explicação empírica das causas e fenómenos, de expressão matemática, Verney não pode deixar de ser tido como iluminista convicto" (21-22).

Independentemente do teor sumário que um verbete de dicionário exprime e do que um especialista defende preso à sua causa, para nós, em termos genéricos e na esteira de Dominguez Ortiz, o

> "Iluminismo significou, na área peninsular, a aceitação da pesquisa científica e dos respectivos resultados, mesmo quando contrários às opiniões tradicionais, implicou a flagelação de superstições e dos preconceitos propiciadores de injustiças e de opressão, contemplou o exame crítico das crenças correntes e o seu repensar, outrossim originando claro interesse por reformas de natureza económica e social".

Ora, Verney pensou para Portugal uma mudança radical no âmbito de determinadas linhas de força da nossa cultura. Com este ensejo, foi um insigne corifeu do Iluminismo e, sem nunca abdicar da sua condição de católico, foi decerto o mais exímio crítico do ensino e ainda de outras coordenadas da sociedade

portuguesa, um inimigo acerado da influência dos jesuítas, um proponente de reformas, não só na área dos diversos graus de ensino, mas também dos métodos e das soluções que urgia aplicar para transformar as mentes arcaicas.

No seu estilo fluente e incisivo, usou o que de melhor se escrevera na Itália do seu tempo, na França, na Áustria, na Inglaterra. Não foi por isso tão original como a sua envergadura podia levar a supor, mas soube escolher, sintetizar, adaptar e indicar bibliografia, às vezes excessivamente abundante, mas capaz de permitir escolhas. Além disso, compagina com a monarquia esclarecida, confia na possibilidade das transformações pombalinas em marcha.

Verney guarda respeito inteiro e declarado pelos dogmas e princípios dos Evangelhos, tudo o mais caindo sob o seu exame crítico, onde há opiniões que defende e, como se disse, criações e autores fortemente impugnados, a começar pela metafísica escolástica, consagrados autores jesuítas, outros padres maiores da cristandade e, na poesia, por obras-primas de Camões e, em particular, dos escritores barrocos.

O ultraconservador D. Frei Fortunato de S. Boaventura di-lo o maior sábio de Portugal. Autores do século passado e atuais guardam-lhe um lugar único no seio do Iluminismo católico e no pensamento português, rastreando a sua penetração por via crítica ou de adesão em Espanha e outros países.

Estranho a falta de referência a Jean Sarrailh por parte de António Alberto de Andrade. No volume *A Espanha Esclarecida* daquele mestre francês sublinha que *O Verdadeiro Método de Estudar,* traduzido para castelhano, causou grande ruído, em Espanha, como é sabido, e foi apreciado na corte de Carlos III pelo rei e pelos seus próximos conselheiros, bem como junto dos professores dignos desse nome, dominicanos e agostinhos, assunto a que voltarei.

Seguindo o que escrevi decénios atrás, importa notar que a grande obra de Verney é, deveras, o *Verdadeiro Método de Estudar*, publicado em 1746, na Itália. Aí aborda temas teológicos, filosóficos, jurídicos e literários, nem sempre com idêntico nível, mas, de qualquer modo em plano inovador, opondo à mentalidade fechada de Portugal um ideário reformador e europeu tal como ele o conhecera através dos iluministas italianos e de origens diferentes. Efetivamente, após estudos universitários em Coimbra e Évora, viveu grande parte da sua vida em Roma, beneficiou do clima intelectual existente na península itálica e aí veio a falecer em 1792.

Verney ataca o tradicionalismo aristotélico português, a Companhia de Jesus e aponta a França como exemplo de um país, onde, tal como na Itália, até os dominicanos e os jesuítas iam seguindo as novas doutrinas. Deplora o ensino teórico dos estudos médicos e faz a apologia da análise e da experimentação. Ataca o gongorismo literário e integra-se na corrente anti-eclética.

Dos Antigos, diz que só o que não repugna à razão deverá ser aceite, com ressalva da ortodoxia católica. Condena o primado do latim, defende o ensino e o uso do português, advoga o estudo de línguas estrangeiras, em especial a francesa, em crítica cerrada ao ensino do tempo, em que dominava o latim.

No plano jurídico e na senda de Muratori, propõe a racionalidade e a simplificação dos códigos e dos processos jurídicos, com o objetivo de os aproximar do direito natural. Simultaneamente, aponta as necessidades da cultura a partir do ensino primário e técnico praticamente inexistente, que devia ser obrigatório e a urgência de formar o baixo clero. Note-se também que pugnava pelo acesso das mulheres à cultura e, bem assim, pela elevação das classes pobres pelo ensino.

A filosofia de Verney é nitidamente influenciada por Locke, assim como as suas ideias sociais radicam em Grócio e Puffendorf, por Newton e Boerhaave no plano científico. Há ligação do seu ideário com o dos franceses Rollin, Fénelon e Lamy.

No domínio filosófico, Verney visa garantir a liberdade para as ciências mecânicas em detrimento dos óbices que a escolástica lhes impunha.

No plano social, acredita num direito natural de base racional, independente da revelação divina. À nobreza de sangue, opõe a nobreza de virtude, atacando a fidalguia. Do mesmo modo, verbera as crendices e a superstição, a par da tendência estática dos portugueses de então, que contrariavam o progresso e se opunham a quase tudo o que fosse estrangeiro e novo. Na esfera laica, lembra que a subordinação ao princípio da autoridade, no nosso país, implicava a subversão da capacidade individual de cada um.

Ideias originais suas surgem ainda numa série de cartas publicadas e estudadas por Cabral de Moncada, onde persiste a crítica e o combate aos jesuítas, ao absolutismo e exprimem renovações culturais de vulto.

Preconiza, inspirado em Beccaria e Filangieri, a reforma da Inquisição, assunto que estudámos em artigo próprio e discorda da perseguição aos judeus.

Segundo Cabral de Moncada, diretrizes de pensamento colhidas por Verney pressentem-se em várias reformas pombalinas, como, por exemplo, nas da

Inquisição, da Universidade, do ensino médio, etc… Nalguns casos, essas reformas são de teor paralelo ou então fruto de um clima que se desenvolveu ao longo do século no contacto com os pensadores europeus.

No caso concreto do ensino, o que Verney escreveu a respeito do ensino secundário e superior em Portugal, através de uma crítica sólida, é suscetível de se usar com rigor ao que acontecia em Espanha.

Assim, verbera, sem paliativos, os métodos tradicionais de ensino dos meninos, sejam eles de ortografia, de gramática latina, da retórica e da filosofia. O mesmo acontece com o caráter rotineiro das lições feitas aos alunos de teologia, de direito e de medicina, em que predominava Aristóteles e os escolásticos. Na perspectiva destes, existia uma desconfiança supersticiosa acerca dos modernos, a quem se recusava qualquer mérito. Faltava a preocupação de observar e de experimentar. Preponderava, sim, a memória, no Direito, que não recorria às ciências auxiliares que permitiam compreender os factos. Mais do que examinar a escritura santa, a teologia perdia-se em subtilezas. Na medicina, Galeno passava à frente de Hipócrates. Quer dizer, não se verificava uma renovação segundo o espírito e a cultura moderna.

Fundamental é nota, de acordo com Sarrailh, que Verney, além de criticar com rudeza, formula, com base em autores estrangeiros, propostas inovadoras.

Nesta perspetiva, entendia que era necessário lecionar na língua materna dos alunos a gramática latina e a retórica para evitar "um erro considerável". Em filosofia, autores considerados em regra heréticos no desconhecimento dos respectivos textos, mas de índole "moderna", deviam ser utilizados. Não mais se usaria estudar em exclusivo o silogismo na lógica. Aqui urgia atender ao erro e às suas causas, tendo em conta a idade dos ensinandos. O estudo das matemáticas, que tão arredio andava, devia preceder a física que se ministraria através de experiências. Lugar de relevo, na medicina, cabia à anatomia e à observação dos doentes nos hospitais.

No campo do direito, igualmente fundamental, mostrava-se a história do direito, a história nacional e a crítica das leis que não eram intangíveis. Assim como importante era a formação profissional dos advogados e dos juízes.

Propunha ainda a erradicação da teologia especulativa em favor da dogmática, apoiada pela história da Igreja, pela história civil e pela geografia. O bom conhecimento das verdades da religião obrigava ao conhecimento do hebreu e

do grego, a utilização dos dois Testamentos, ou seja "da tradição divina e do teor da "razão natural", não obstante as incertezas desta. Enfim, é um verdadeiro plano de estudos escolares e universitários, bem à frente da velha pedagogia.

É com base no que estivemos a expor que Jean Sarrailh reconhece a pertinência da doutrina de Verney, quer para Portugal, quer para a Espanha de Carlos III, doutrina que este rei, desagradado dos jesuítas, pessoalmente estimava.

Um expressivo escritor do século XVIII, Inácio José Peixoto, cujas *Memórias Particulares* inéditas prefaciamos, explica a maneira como, justamente no meio daquela centúria, o *Verdadeiro Método*, ainda que vedado pela Inquisição portuguesa, chega e foi lido em Coimbra, onde era estudante de Direito. Na cidade "os jesuítas sustentavam o seu perípato, a sua filosofia e a sua teologia, quando no ano de 1750 se entrou a divulgar o famoso livro *Novo Método* por Frei Barbadinho, pois fora este o disfarce utilizado por Verney para não ser molestado".

E continua o desembargador Peixoto: "Este foi o primeiro ataque e o precursor da reforma". Dos estudos e da Universidade, suponho eu.

Prosseguindo, conta o mesmo autor: "Era o livro visto em Coimbra como proibido. Algumas páginas dele muito à pressa me foram deixadas ler" nessa cidade. "Saíram logo… infinitas sátiras, atribuídas aos jesuítas. Fosse o que fosse, depois dele tudo tomou volta no método dos estudos" (*Memórias*, p. 27). Mais adiante, faz a seguinte reflexão: "Bem é que a fundo não vejo que esses grandes homens que excedam os passados, mas o exercício que depois deram aos livros franceses introduziu no Reino novos sistemas, outras luzes, mas as iluminações também depravadas ou cegueiras infernais. O plano se fez para todas as novidades que agora, praza a Deus, não infestem a Nação". E conclui a seguir, usando a sua escrita arrevesada: "Os jesuítas, pode-se dizer, tinham a chave da literatura portuguesa", até que Verney "levantou a voz para destruir as escolas jesuíticas. Assim o fez, mas este foi o princípio da corrupção da Europa" (*Memórias*, p. 27-29).

No seu volume sobre *Educadores Portugueses*, publicado já no séc. XX, em 1909, Ferreira Deusdado lamenta a falta de atenção prestada em oitocentos a Verney. O facto leva-o a destacar a posição esclarecida de Júlio de Matos, que elenca as doutrinas de Verney, destacando a parte referente à medicina. Tal posição mostra a atenção dedicada à educação por Luís António Verney, constituindo um legado

perene que vem até ao nosso tempo, perfilhado pelos esclarecidos de agora, esquecido pelos contemporâneos falhos de iluminação, como se dizia no séc. XVIII.

E Verney defende que todos os ramos do saber carecem do estudo prévio da sua história, para enquadrar no tempo e no lugar o objeto de observação, experiência e concepção.

Embora trate da importância da história em muitas das suas cartas, citando abundante bibliografia e a deixe ver noutros escritos, mostra-se enfático e explícito a respeito da sua utilidade, por exemplo, na teologia e no direito civil e canónico. No plano constitutivo destes saberes, até aí mal estudados, com culpas maiores para os jesuítas, Verney, ao destacar a sua necessidade, antecede a opção mais tarde patente nos *Estatutos da Universidade* de 1772.

Para ele convém submeter os textos base da teologia à crítica. Esta desenvolvera-se no século precedente e abriu "os olhos ao mundo literário para se adiantar nas Ciências" (Verney IV, p.265, 266). Explica: "Nesta era, não basta que um homem afirme uma coisa; é necessário que aprove e mostre que (os seus conteúdos) são livres de toda a corrupção, isto é, que se examine se são verdadeiros ou supostos, por via desse livre exame". Daqui "nasceu este corpo de doutrina a que chamamos teologia moderna, a qual, não obstante que nada exponha que não seja antigo, expõe-no por um novo método, e procura provas com que solidamente confirme a sua venerável antiguidade". (IV, 267).

A crítica apresenta igual validade na história, onde se tem descoberto imensos erros, contradições para alcançar as opiniões mais prováveis, tanto nos relatos religiosos, como nos civis.

A crítica configura, depois da educação, um segundo patamar de atualidade do Barbadinho aqui posta ao serviço da teologia positiva, da história, das leis, etc.. Em relação ao direito, o conhecimento das leis romanas era importantíssimo. Estas leis revelam "a necessidade que tem o jurisconsulto do estudo da história, visto ser ela que mostra por que fim, e em que circunstâncias e tempo, foram feitas as ditas leis, muitas das quais parecem contrárias às outras." (IV, 159).

O saber histórico obriga, para ele, o conhecimento da cronologia e da geografia em ordem a situar os eventos e as doutrinas no tempo e no lugar do processo civilizacional. Diz mesmo "sem cronologia e geografia é supérfluo ler história" (IV, 160).

Vale a pena notar que, ultrapassado o meio do século, em 1752, depois da sigilosa, vedada, divulgação do *Verdadeiro Método* em Portugal, estampam-se as *Reflexões Sobre a Vaidade*, de Matias Aires, licenciado em Artes por Coimbra que estudou direito em França e abre o caminho à tendência "nitidamente esclarecida para racionalizar, metodizar e laicizar a história", apontando no sentido de certas concepções dos ulteriores *Estatutos da Universidade* e de académicos maiores do fim do século. Aqui e ali, deixa perceber "fórmulas muito perspicazes da lei do dinamismo essencial do mundo", a par de um pouco comum ceticismo a respeito de "pelas narrações da história (...) e descobrir a verdade dos sucessos". No fundo, mais do que céptico, ele queria dizer que a ciência permitia "sabermos errar com método". Ora, Verney espera graças à crítica, à geografia, à cronologia e outras ciências transformar pelo método, a validade e utilidade dos seus planos.

À sua conta, os escritores críticos da Academia setecentista, assim apodados por Herculano, como antes os *Estatutos da Universidade*, vieram mostrar a clarividência de Verney quanto à história, facto evidente nos discursos académicos de António Caetano do Amaral, de 1780 sobre a forma como tencionava redigir as suas *Memórias* sobre a história de Portugal. Licenciado em Cânones em 1773, afirma-se seguidor da "história positiva" por analogia com a teologia positiva, amiúde próximo de Verney, defensor, este, duma cadeira de Direito Pátrio e da disciplina de História Municipal, tão importantes se revelavam as leis camarárias específicas para juízes, advogados e interesses da população em geral.

Pondo a nu as carências das obras publicadas, Amaral diz que elas mostram os portugueses "pelo lado de intrépidos e fortes, já ganhando terreno em que tem de levantar o soberbo edifício do seu império já defendendo a posse dele, já estendendo largamente o seu domínio". Ora, outras facetas do passado da Grei permaneciam na sombra, como fosse, a "arte do governo interior" do reino, "os louváveis costumes do povo, as suas sábias leis". Daí a necessidade, para além das leis escritas, de atender às "leis não escritas que, naturalmente, manam do génio dos povos". Seria, afinal, uma história da comunidade civil, apostada em discernir a influência recíproca da legislação, dos costumes e o espírito que tudo animava. Dessa forma, os juristas teriam à mão um "vistoso painel do agradável espetáculo da formação inteira de uma monarquia".

Tratava-se de uma história que ultrapassava os umbrais da história jurídica já versada na história desta ciência programada nos *Estatutos da Universidade* para

ser uma história civil dividida por épocas. Pretendia, repito, gizar uma história positiva, de construção geométrica, alicerçada em notas de rodapé e concebida pela razão. Ia, assim, ao encontro da "verdade", alma da história, a qual impunha a utilização de "fontes puras", aferidas pelo "reto caminho da crítica judiciosa". Convinha apurar o que, sendo"útil e congruente", servia o fim em vista, a cada coisa dando desenvolvimento consentâneo com a sua "importância", mobilizando "os meios necessários para entrar no espírito dos tempos remotos" e fugir ao anacronismo, acrescento eu. Convinha evitar a secura e a monotonia, combinar o carácter sisudo da disciplina com o culto da simplicidade e da clareza, em ordem a historiar com interesse e gosto, à revelia do desnecessário, do supérfluo e de todas as fantasias e superstições.

Ao pensar assim utiliza e vai mais longe do que Verney, e aproxima-se de Herculano.

Com Verney, com António Caetano do Amaral, com Melo Freire, homens da ilustração, corremos para os tempos atuais, para a modernidade da história, um terceiro patamar do conhecimento científico do passado pelas luzes da razão, história já pelo primeiro encomiada.

Essas mesmas luzes impunham não só conhecimentos empíricos de matemática e de física mas também um saber axiológico colhido desde os estudos médios de Filosofia.

Reportando-nos à ética, esta dirigia em dois sentidos a instrução do ser humano: "ensinar em que consiste a suprema felicidade do homem; explicar as virtudes e o modo de as conseguir". O tema aparece desenvolvido ao longo de muitas páginas na Carta XI, onde, partindo da ideia histórica da ética, formula o "Plano de uma ética moderna". Em ordem a mostrar "aos homens a verdadeira felicidade… e as ações para o conseguir". Funciona a ética como "propedêutica da jurisprudência e teologia moral". Sendo ela "deduzida da boa razão excita nos homens os princípios do direito natural" porquanto "a lei divina, a natural e a das gentes, são a mesma lei". Diferem, assim, porque Deus proclamou a lei divina, sendo acessível aos homens pela lei natural, dada a "faculdade que a alma tem de conhecer o bem", isto é a mente humana. Assumida por povos inteiros, à lei natural chama-se "lei das gentes". No que toca à lei civil e eclesiástica, a "honestidade das ações humanas é em tudo conforme à boa razão".

Continuando a dissertar sobre o papel da ética, agora na vida particular e civil, sublinha que se trata de algo com emprego em"todas as profissões e de toda a gente civil", essencial para "saber distinguir a virtude do vício, reprovando este e estimando aquela". Quem não o sabe fazer não "é homem, muito menos homem civil".

"Da conformidade das ações com a lei nasce no homem a virtude". Nesta circunstância, a jurisprudência civil ou política, apanágio da ética particular, segmento do *Plano de uma Ética Moderna* preconizada por Verney, impõe a quem "tem empregos públicos a necessidade da ética para não cair em erros, vícios e maldades" e imprimir autenticidade aos seus ofícios." Por outro lado, a "Política sem ética é arte de enganar, pois só é bom cidadão o que é homem bom". Tal a conclusão de Verney, baseado em Grócio e Poffendorf, partindo de Bacon e recomendando o estudo da matéria por Heinécio, adotado no Colégio das Artes quando para aí passou a cadeira de filosofia racional e moral, antes professada na Faculdade de Filosofia.

Bastariam as observações e a bibliografia propostas por Verney e, muito particularmente, a sua doutrina sobre a vida pública e privada para situar as propostas deste iluminista em patamar especial da sua atualidade na nossa sociedade quando os valores são esquecidos, tanto na esfera privada como na esfera pública.

Disse-se atrás que no *Verdadeiro Método* e nas *Cartas* se faz a crítica dos excessos de poder dos monarcas. Urge vincar que o Barbadinho não inclui aqui o absolutismo esclarecido, inteligente, praticado por príncipes e governantes católicos, por exemplo, na Áustria, em estados italianos, e ibéricos com relevo, aqui, para Carlos III e Pombal, nomeadamente na reforma pombalina da Universidade, onde as marcas do mesmo Verney são claras. Na verdade, aos desvios do poder absoluto, da natureza humana e da razão, contrapõe o despotismo inteligente. Pois se subordina à dita natureza humana e à racionalidade. Tal política exigia em Portugal o desaparecimento dos jesuítas e seu poder, como ainda o controlo ou a evicção das tentativas de interferência da Cúria Pontifícia.

Curiosamente, se bem defende a língua portuguesa, hoje objetivo central, também propugna a reforma da Inquisição, mas não convém na sua supressão, tal como acontece, seja no novo *Regimento* pombalino, seja no Projeto de Regulamento da mesma, urdido por Melo Freire, em sintonia com o pensar de Verney, no âmbito dos trabalhos do novo Código, outra ideia do Barbadinho, que acontece no tempo de D. Maria I.

Para Cabral de Moncada, o Barbadinho, é uma espécie de jurisconsulto, tornado professor de direito, aspeto que em tempos o estudo do manuscrito do projeto me levou a desenvolver. Triste é verificar que alguns aspetos negativos desses textos inquisitoriais marcam as mentes e leis dos nossos dias através do secretismo e da delação anônima.

Nesta intervenção exemplificativa da atualidade da obra de Luís António Verney, vinco a sua capacidade como pensador, crítico e planificador em relação à sociedade e à cultura setecentista, em particular no campo da educação.

Manifesto ainda, já a sua clara explicação das vantagens e indispensabilidade do espírito crítico, já a sua atenção ao estabelecimento de um conhecimento histórico seguro, já do seu respeito pelo direito natural e pela filosofia, e, no âmbito desta, pelas ciências e a ética, ética que tão necessária é para o homem culto do nosso tempo e tão risível se torna a quem a ignora.

São teorias entrevistas por um iluminista católico, certo de que importa aceitar a pesquisa científica e os seus resultados, mesmo se contrários às opiniões tradicionais, importa proceder à flagelação de superstições e de preconceitos, quando propiciadores de injustiças e opressão, importa realizar um exame crítico das crenças correntes e repensá-las em ordem a formular reformas de natureza económica e social, sempre à luz da razão, sem enjeitar a fé.

Não consegue convincentemente articular as leis divinas e a razão, pois crê em Deus através das Escrituras e das fontes puras da teologia positiva, a que soma as opiniões de tantos iluministas. E, se, por exemplo, parece evidente a atualidade da educação, do livre exame, do direito, da ética, na vida dos povos em conformidade com as respetivas circunstâncias, já a história, a cujos desenvolvimentos aludi em Portugal e na Academia, o grosso dos cultores das ciências empíricas e até sociais esquecem as transformações do ser e das técnicas no tempo e na história. Ora, urge utilizar e comparar as novas e velhas situações para acorrer às necessidades e à prospetiva nas sociedades modernas. De resto, de lugar para lugar, importa compreender a diversidade ôntica das culturas, de as entender e de as respeitar.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 10 de outubro de 2013)

BREVE SÚMULA BIBLIOGRÁFICA:

AIRES, Matias, *Reflexão sobre a vaidade dos homens*, Lisboa, 1752

ANDRADE, A. Alberto de, *Verney e a cultura portuguesa*, vol. II, Lisboa, 1995

CIDADE, Hernâni, *Lições de cultura e literatura portuguesa*, Lisboa, 1959

GUETTEL, Raymond, *História das ideias políticas*, Lisboa, 1936

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, 2001

MONCADA, Luís Cabral de, *Estudos de história do direito*, vol. III, Coimbra, 1949

ORTIZ, A. Dominguez, *Sociedad y estado en el siglo XVIII*, Barcelona, 1976

PEIXOTO, Inácio José, *Memórias particulares*, Braga, 1992

RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Le Portugal et la révolution française*, Bordeaux, 1989

, *Verney e a inquisição,* Braga, 1995

, *Concepções sobre a história*, Braga, 1993

, *Melo Freire, Verney e a inquisição*, Braga, 1995

SARRAILH, Jean, *L'Espagne éclairée de la seconde moitié du XVIII siècle,* Paris, 1954

VERNEY, Luís António, *Verdadeiro método de estudar* – edição organizada por A. Salgado Júnior, volume I a V, Lisboa, 1949-1952